17:28 47%

Opinião do GLOBO

Crise financeira dos municípios exige controle de gastos

Qualquer nova ajuda federal precisará estar condicionada à adoção de regras que favoreçam equilíbrio no caixa

As prefeituras fecharam o ano de 2023 com déficit estimado em R$ 4,7 bilhões, de acordo com estimativa de técnicos da Frente Nacional de Prefeitos noticiada pelo GLOBO. Entre janeiro e outubro, o déficit foi de R$ 2,3 bilhões, e o último bimestre concentra pagamentos vultosos e o décimo terceiro salário do funcionalismo. Pelos números do Banco Central, os municípios acumularam R$ 10,9 bilhões no vermelho nos 12 meses encerrados em outubro.

As prefeituras atribuem a deterioração nas contas à queda na arrecadação do ICMS depois que o Congresso aprovou reduções nas alíquotas para combustíveis e energia antes das eleições de 2022. Mas em junho o Supremo Tribunal Federal mediou um acordo para a União compensar estados e municípios em R$ 27,5 bilhões pelas perdas. De acordo com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), as medidas de compensação — que também incluem a recomposição do Fundo de Participação dos Municípios — poderão alcançar R$ 14 bilhões em 2023.

A própria CNM reconhece ter havido aumento de 19% no custeio da máquina das prefeituras (6% nas despesas com pessoal). O desequilíbrio se concentra em cidades de pequeno porte, que somavam déficit de R$ 4,6 bilhões até outubro, ante superávit de R$ 728 milhões nas médias e de R$ 1,5 bilhão nas grandes. No quinto bimestre, estavam no vermelho 53% dos municípios pequenos, 50% dos médios e 36% dos grandes. Em ano de eleições municipais, a situação tende a piorar.

Menos de 30% dos mais de 5 mil municípios brasileiros arrecadam receita suficiente para pagar suas contas, de acordo com o índice de gestão fiscal elaborado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). E mais de um quinto gasta com pessoal acima de 54% das receitas, patamar que fere os critérios de equilíbrio da Lei de Responsabilidade Fiscal. Há, portanto, um trabalho de corte de gastos e ajuste fiscal essencial, que deveria ser tema prioritário na campanha eleitoral deste ano.

Ao mesmo tempo, se desenha uma crise previdenciária. A reforma aprovada em 2019 determinou que estados e municípios promovessem mudanças equivalentes às federais. Grande parte dos governos municipais instituiu novas regras, mas elas só estão em vigor em 701 das 2.117 cidades com regimes próprios de Previdência. Entre as que ainda não promoveram reforma ampla — implementando ao menos 80% das regras adotadas pela União —, estão capitais como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia ou Cuiabá. O déficit atuarial dos municípios — conta que subtrai da arrecadação prevista os benefícios a pagar no futuro — é estimado em R$ 900 bilhões, um quinto do rombo previdenciário do Estado brasileiro.

O correto seria os municípios que não promoveram ainda uma reforma ampla da Previdência adotarem as mudanças, e os demais acelerarem a implementação de leis já aprovadas. O imobilismo dos últimos quatro anos é prova de que prefeitos não têm incentivos para mexer em aposentadorias e pensões. Mas adiar a solução só fará crescer o problema, pois a evolução demográfica agravará o desequilíbrio.

É compreensível que os municípios em crise venham pedir ajuda ao governo federal. Mas qualquer auxílio precisará estar condicionado a medidas de ajuste fiscal e leis previdenciárias que permitam, no mínimo, vislumbrar um caixa mais equilibrado no futuro.

Justiça precisa adotar critério mais realista para autorizar saída de presos

No Natal, 14% dos detentos não voltaram para a cadeia, entre eles pelo menos dois ex-chefes do tráfico

O crime organizado não se fortalece apenas quando recebe armas pesadas ou munições contrabandeadas. A criminalidade também se beneficia da leniência na execução das penas de bandidos graduados. A Justiça condena, mas fraqueja na hora de distribuir benesses previstas em lei. Assim ajuda a disseminar o sentimento de impunidade entre criminosos. Na última Visita Periódica ao Lar (VPL), de 24 e 30 de dezembro, dos 1.785 detentos beneficiados, 255 (14%) não retornaram à cadeia. Foi menos que os 42% do final de 2022, ainda assim um índice que põe em xeque as regras usadas para autorizar a saída.

Os critérios parecem razoáveis. Só são beneficiados nas datas comemorativas presos já em regime semiaberto — que saem de manhã para trabalhar e voltam à noite —, com bom comportamento, que não estejam submetidos ao Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) de reclusão e tenham cumprido ao menos um sexto da pena. Enquadram-se no RDD os que cometeram crimes hediondos ou lideram facções criminosas. Mas há uma brecha: se já lideraram, podem receber o benefício.

Fica patente a fragilidade da avaliação do juízes quando se constata que, entre os 255 que não retornaram da saída natalina, estão pelo menos dois ex-chefes da organização criminosa hegemônica no Rio, o Comando Vermelho: Saulo Cristiano Oliveira Dias, conhecido como SL, e Paulo Sérgio Gomes da Silva, o Bin Laden. SL, cuja base é o Complexo do Chapadão, na Zona Norte do Rio, foi preso em 2013, em São Paulo. Bin Laden esteve à frente do tráfico no Morro Dona Marta, em Botafogo, na Zona Sul. Outro preso que se evadiu foi Davi da Conceição Carvalho, conhecido como Davi do Chapadão ou Pinóquio, chefe do tráfico na favela Final Feliz, no Complexo do Chapadão.

Chama a atenção a ficha criminal dos condenados que aproveitaram a saída da prisão para fugir. Pinóquio foi condenado a 28 anos por chefiar o tráfico e por homicídio. SL cumpria pena de 18 anos e nove meses por homicídio qualificado, tráfico de drogas e uso de armas de fogo. Foi julgado culpado pelo assassinato de Thiago dos Santos Cruz, militar do Exército executado por traficantes do Chapadão sob a justificativa de integrar uma milícia. Era a primeira vez que SL obteve permissão de passar uns dias em casa, por decisão da juíza Larissa Maria Nunes. Bin Laden, condenado a cinco anos de detenção por tráfico, também aproveitou a primeira saída para escapar. A juíza Viviane Ramos de Faria, responsável pela liberação dele, deixou registrado o "caráter ressocializador" do benefício.

A condição de ex-chefe de quadrilha precisa ser mais bem avaliada pela Justiça. Qualquer um tem direito a se regenerar, mas o Estado deve checar as informações sobre os beneficiados com a saída da prisão, considerando que apenas o bom comportamento não basta. Fica evidente que, entre as diversas causas da crise de segurança pública, estão um sistema penitenciário que não ressocializa e uma Justiça que avalia mal a progressão de penas e distribui benefícios sem fundamento na realidade.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
cartas@oglobo.com.br

VERA MAGALHÃES

blogs.oglobo.globo.com/vera-magalhaes
vera.magalhaes@oglobo.com.br

Uma extrema direita que vive do caos

A revelação feita pelo ministro Alexandre de Moraes da existência de exortações, em grupos bolsonaristas, a seu assassinato mostra o grau de doutrinação extremista a que foram submetidos os seguidores do ex-presidente mais predispostos à radicalização.

Um ano depois da explosão de insanidade golpista de 8 de janeiro de 2023, com mais de 30 condenados e outros tantos em julgamento, o que restou a essa extrema direita órfã de seu líder máximo, mas ainda viciada em estímulos ao ódio à esquerda? Factoides como a ideia de fazer uma CPI para investigar um religioso que dedica a vida a cuidar dos mais pobres.

Difícil imaginar a instalação de uma forca em plena Praça dos Três Poderes, onde seria executado o presidente da Corte eleitoral. Mas a veiculação dessa ideia desarrazoada em grupos fechados de mensagens e no submundo das redes sociais tem a função justamente de destravar os instintos mais primitivos de uma turba alimentada a discurso de ódio em doses diárias ao menos desde 2017, quando o bolsonarismo surgiu mais claramente como movimento antipolítica em plataformas como o Facebook.

A pesquisadora Michele Prado pontua com precisão que o uso da imagem da forca não é aleatório. O instrumento vem sendo usado por extremistas, dos supremacistas brancos aos *aceleracionistas*, como símbolo de justiçamento contra os impuros, os traidores — seja na questão racial ou em temas como patriotismo. Não à toa, uma forca "cenográfica" foi instalada do lado de fora do Capitólio norte-americano nos dias que antecederam a invasão de 6 de janeiro de 2021.

Mandar Moraes "à forca", ainda que metaforicamente, era uma pregação condizente com o grau de mobilização insana que se instilou ao longo de anos em pessoas capazes de deixar suas casas e suas famílias, acampar em frente a quartéis por meses e acatar ordens para se enfiar em ônibus, marchar a Brasília, quebrar tudo nas sedes dos Três Poderes e, ainda assim, achar que não cometiam crime algum.

Grupos como o MBL só vicejam na confusão. Sem um presidente que dá ao público doses diárias de tumulto, as opções vão escasseando

O ministro aponta corretamente o acerto de medidas que trataram de cortar a correia de transmissão que os idealizadores do 8 de Janeiro tinham em mente: criar um clima de anomia tal no país, com focos em vários estados, que justificasse alguma ação dos militares para tentar uma ruptura institucional. Faltou combinar com vários "russos", dos próprios fardados aos governadores de oposição. Nesse ponto, há que louvar a pouca inteligência dos nossos arremedos de Trump e seus "meninos orgulhosos" (sic).

Com os perpetradores do vandalismo enjaulados, condenados, com os financiadores da tentativa de golpe em via de encontrar o mesmo destino e com Bolsonaro inelegível em menos de um ano, o que resta a quem foi levado à extrema direita por um misto de conspiracionismo, negacionismo e desinformação? Tentar insistir na fórmula para manter a clientela.

Grupos como o MBL e seus representantes só vicejam na confusão. Sem um presidente que fornece ao público doses diárias de tumulto, as opções vão escasseando. O Padre Júlio Lancellotti virou alvo da turma há alguns anos. Agora, tenta-se arrastar a Câmara Municipal da maior cidade do país, em pleno ano eleitoral e com problemas concretos aos borbotões, para uma CPI que reúne em sua exposição de motivos doses cavalares de fake news e perseguição política e religiosa. O que confere ao episódio, além de todo seu caráter abjeto, também uma pontada de ironia: afinal, não seria o PT que, uma vez eleito, perseguiria cristãos?

Moraes acerta quando aponta a urgência de impedir que as redes sociais continuem a ser terra de ninguém na promoção de lavagem cerebral e discurso de ódio. Com a punição exemplar aos que foram adestrados para tentar um golpe canhestro, elas ainda dão vida à escumalha que faz da tentativa de destruição de adversários a única forma de existência política.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Maim, André Visser da Fôlha Bartosa, Luiza Bapteista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel.: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiten - leila.suwiten@sp.oglobo.com.br
Saúde: Ariana Dias Lopes - ariana.dias@sp.oglobo.com.br
Segunda Capa: Marcelo Dantas - dantas@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Capa do dia: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Acervo e Qualificação: William Fridal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Dantas - dantas@oglobo.com.br
Rio Show: Ana Antonio - ana@rio.globo.com.br
Ela: Flavia Cancio - flavia.cancio@oglobo.com.br
Barmas: Victor Caldeira Filho - caldeira@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito ou débito automático em conta-corrente (preço de seguinte ao mês)
Cariocas RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não entra em contato para cobrança de multa ou renovação de assinatura. Desconfie e qualquer contato a respeito desses temas. Fique de O GLOBO em seu jornal de cada dia, acesse para verificar o status de seu jornal.

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5101 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350
Missas, religiosos e Kinders: (21) 2534-4313
Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC
Leia mais e fale grátis
Carbon Free